

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE IMPERATRIZ-MA

INDUSTRIAL DEVELOPMENT OF IMPERATRIZ-MA

Diego Armando de Sousa Paz

Acadêmico do 7º período de geografia, Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Imperatriz-MA, Brasil
d.armando147@gmail.com

Allison Bezerra Oliveira

Professor e Doutor na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Imperatriz-MA, Brasil
allisonbZR@gmail.com

Recebido: 29/09/2021 – Aceito: 10/10/2021

Resumo

O objetivo principal desse artigo é compreender o processo de industrialização da cidade de Imperatriz no estado do Maranhão desde sua fundação até 2019. O início do processo histórico de formação econômica de Imperatriz foi baseado em ciclos econômicos. Contudo, desde o final desse mesmo século alguns empreendimentos industriais começaram a ser instalados na cidade, assim em 2008 tem-se a instalação da Suzano Papel e Celulose. Metodologicamente foi feita uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa. Utilizou-se como base entrevistas e pesquisas bibliográficas exploratórias. Nesse sentido, os resultados obtidos mostram que o quantitativo de indústrias em Imperatriz após instalação da fábrica Suzano de Papel e Celulose tem um crescimento tímido, no que diz respeito a população ocupada também a um crescimento no período de implantação dessa indústria que decresce justamente no período de efetivação das atividades da indústria, nesse sentido essa indústria tem se consolidado com um perfil de indústria voltado somente para acumulação financeira sem ter uma preocupação real para com a população local no qual foca nas contratações de profissionais, principalmente qualificados, de fora da cidade de Imperatriz.

Palavra-chave: Indústria. Imperatriz. Suzano Papel e Celulose.

Abstract

This research article aims to understand the process of industrialization in the city of Imperatriz, state of Maranhão (Brazil) since its foundation to the year 2019. The beginning of the historical process of economical formation in Imperatriz was based in economical cycles. However, since the end of the same century some industrial enterprises had their installations started in the city and then, in 2008, the installations of Suzano Papel e Celulose. Methodologically, a research with a qualitative and quantitative approach was conducted using interviews and bibliographic research as a

basis. In this way, the results obtained show that the number of industries in Imperatriz, after the installation of the factory Suzano Papel e Celulose, has a subdued growth compared to the population size and to a growth in the implementation period of this industry that decreases right on the establishing period of its industrial activities. Thus, this enterprise has been consolidated as a profile of industry oriented solely to financial accumulation with no real concern about the locals, focusing on contracts with qualified professionals from other cities rather than Imperatriz.

Keyword: Industry. Imperatriz. Suzano Papel e Celulose.

1 Introdução

A cidade de Imperatriz foi fundada em 1852 por Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, em uma expedição jesuíta comandada por Jerônimo Francisco Coelho, na qual o objetivo principal era a construção de presídio as margens do rio Tocantins e melhorar o processo de navegação do rio que se encontrava repleto de obstáculos que impediam o deslocamento das navegações através do curso d'água (SANCHES, 2003).

No entanto, de acordo com Franklin (2008) a despeito do potencial econômico atual, nas duas primeiras décadas após sua fundação, a economia de Imperatriz esteve assentada na agricultura de subsistência e na criação de gado bovino, cuja carne e pele eram vendidas ao vizinho estado de Goiás, o que resultou em um comércio intenso e se caracterizou como o primeiro ciclo econômico de Imperatriz. Apesar desse contexto, de todos os ciclos que entrelaçaram a economia imperatrizense os ciclos do arroz e da madeira incitaram um tímido processo de industrialização na cidade.

O setor terciário como comércio varejista, atacadista e a prestação de serviços especializados veio se destacando como principal atividade econômica da cidade chegando a ser o principal agente da economia e assim tendo maior percentual no PIB (Produto Interno Bruto). Contudo, desde o final do século XX alguns empreendimentos industriais, de pequeno, médio e grande porte, começaram a ser instalados na cidade, assim em 2008 tem-se a instalação da Suzano Papel e Celulose que é a segunda maior produtora de celulose de eucalipto do mundo, sendo em Imperatriz a maior fábrica da América Latina.

Dessa forma, o objetivo principal desse artigo é compreender o processo de industrialização da cidade de Imperatriz no estado do Maranhão desde sua fundação

até o seu panorama atual. Metodologicamente foi feita uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa. Utilizou-se como base para isso, uma metodologia da qual se deu a partir de entrevistas e pesquisas bibliográficas exploratórias, usando como recursos, livros, artigos científicos, além do apoio da internet.

Por fim, além desta introdução, da seção de materiais e métodos e das considerações finais, este trabalho estrutura-se também nas seguintes seções teóricas: a primeira, “Desenvolvimento industrial do Brasil, perspectiva de uma industrialização periférica”. A segunda, “contexto histórico da formação socioeconômica do estado do maranhão”, por fim, em “Resultados e discussões” além de discutidos os resultados obtidos, abordou o contexto histórico de Imperatriz.

2 Desenvolvimento industrial do Brasil, perspectiva de uma industrialização periférica

A tardia industrialização brasileira tem vários fatores, entre eles por ser um dos últimos países da América Latina a se torna independente, outro fator foi de ser um dos últimos país a abolir o sistema escravocrata na qual era o principal meio de força de trabalho. De acordo com Prado Junior (2006) no período colônia a indústria e assim desenvolvimento tecnológico brasileiro foi reprimido pela coroa portuguesa que por meio de um pacto colonial fez com que o Brasil ficasse totalmente dependente das importações dos manufaturados de Portugal enquanto o país exportava para a metrópole matéria-prima. Esse contexto acentuou o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho e as desvantagens que esse sistema trouxe para o país por conta dos baixos valores das matérias-primas que eram exportados.

No entanto no século XIX tem-se início de um tímido processo de industrialização no país, Petrakis *et al* (2019, p.175) afirma que “Se, em um primeiro momento, o cultivo de café sugeria a manutenção automática da estrutura político-econômica e social vigente, posteriormente, a cafeicultura gerou importantes contribuições para o que viria a ser chamado de a Revolução Industrial brasileira”. Nesse sentido, tem-se com a produção do café o início da industrialização do Brasil que se limitava apenas a indústria de consumo não duráveis. Petrankis *et al* (2019, p.176) ressalta essa informação ao citar que “Nessa fase, foram criadas indústrias de

pequeno e médio porte, cujas atividades principais comumente eram as de processamento alimentício e produção de tecidos”.

Por meio da teoria dos choques adversos explica-se um crescimento na indústria nacional no início do século XX:

Os contextos de crise na economia cafeeira, como o das guerras mundiais e a da Crise de 1929, se caracterizavam não apenas pela redução nas exportações de café, como também em função da dificuldade de se ter acesso a produtos industrializados, antes importados, já que muitas fábricas europeias fecharam ou foram destruídas pelas guerras. Tal cenário acabava por estimular a migração de antigos capitais destinados à cafeicultura para atividades fabris, cuja produção atenderia, especialmente, à lacuna deixada no mercado interno, seguindo o modelo de substituição de importações. Dessa forma, privilegiou-se a fabricação de gêneros que antes eram praticamente obtidos apenas via importação (PETRANKIS; SILVEIRA; SILVA, 2019, p.177).

Suzigan (2000, p.9) afirma que “Entre o último quartel do século XIX e o final do século XX, a evolução da indústria no Brasil teve três grandes fases, cada uma com características distintas, embora matizadas em certos aspectos — especialmente na transição para as duas últimas fases”. A primeira fase caracterizando um desenvolvimento industrial dependente da agricultura de exportação. A segunda impulsionada pela substituição de importações, que ficou marcada inicialmente tanto pelo fortalecimento das indústrias de base como posteriormente o crescimento industrial por meio do capital externo, principalmente nos governos de Juscelino Kubitschek - JK e militar. Já na terceira fase tem-se o fim da substituição de importações e crises macroeconômicas no qual fez com que o dinamismo da produção industrial fosse enfraquecido.

Além disso, Suzigan (2000) expõe que a base de poder da oligarquia rural havia sido minada pela crise do café, dessa forma havendo mudança do regime político que com a ruptura provocada pela crise do início da década de 1930, iniciou-se um período em que a industrialização cresceu em ritmo acelerado. Assim, segundo Petrankis *et al* (2019, p.177) “A partir da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, o Brasil passou a assistir a um desenvolvimento industrial mais consistente, esboçando a transição de um modelo econômico agrário-exportador para o modelo industrial”.

No âmbito do desenvolvimento industrial brasileiro, a estrutura da Nova DIT se manifestou de maneira mais evidente a partir do governo de Juscelino Kubitschek (JK), presidente que encontrou no Plano de metas o mote para a expansão e diversificação da atividade industrial no Brasil. O lema “50 anos em 5” deixava explícito o grande impulso que tomaria a economia brasileira, especialmente vinculado à aceleração e à intensificação da industrialização no país (PETRANKIS; SILVEIRA; SILVA, 2019, p.177).

Assim, foi instituído o Plano de Metas que tinha por objetivo o desenvolvimento do Brasil como no lema exposto “50 anos em 5” e tinha por principal prioridade 5 setores priorizando para os quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados: energia, transporte, indústria, educação e alimentação. Posteriormente, diante de um período de relativa estagnação econômica, já no regime militar e sob o comando do ministro Antônio Delfim Netto, o Brasil voltou a assistir a uma expressiva retomada no crescimento econômico, dando novos passos na política desenvolvimentista. Ainda pautado na grande abertura econômica, o país novamente se viu inundado por vultosos investimentos estrangeiros (PETRANKIS; SILVEIRA; SILVA, 2019). Suzigan (2000) critica esse período do Milagre econômico ao afirmar “O sindicalismo, por seu lado, após fortalecer-se entre os anos trinta e cinquenta, foi sufocado pelo regime militar. Com isso, o crescimento acelerado da produção não se traduziu em ganhos substanciais de salário real, o que agravou a tendência à concentração de renda”.

Pretanski *et al* (2019, p.178) “Em 1985, os militares entregaram aos civis um país quebrado. A população conheceu o desemprego crônico e a inflação galopante, que atingiu inimagináveis 6.584% em abril de 1990. À maior parte da população restou a miséria”. Assim, o Brasil entra na década de 90 com uma pauta totalmente neoliberal, apesar da sua adesão relativamente tardia à essa agenda, contudo o país foi um dos que mais rapidamente aplicou os preceitos do neoliberalismo, dessa forma houve uma implantação de políticas de privatizações, em que empresas estatais dos ramos de energia, telecomunicações, mineração e outros foram transferidas para a iniciativa privada.

3 Contexto histórico da formação socioeconômica do estado do maranhão

O processo de ocupação do território maranhense se deu de três correntes segundo Mesquita *et al* (2015) corrente do litoral, corrente da pecuária e corrente por

conta da seca. Por meio desses processos houve a ocupação do Maranhão e por sua vez a formação socioeconômica do mesmo. A história dá ênfase a um passado glorioso do estado do Maranhão no que diz respeito ao seu crescimento econômico, contudo em meados do século XIX se contrapõe com a substituição da força produtiva escrava pela assalariada que por sinal foi superexplorada pela elite agrária.

No tocante a ocupação colonial a definição dos limites territoriais do Maranhão acompanha o efetivo processo de ocupação do território colonial brasileiro, a partir da criação das capitanias hereditárias. Nesse período por conta da falta de interesse da Coroa por essa região franceses ocupam o estado assim formando a capital São Luís. Contudo, com a expulsão dos franceses em 1615, ocorreu a ocupação militar das terras marginais aos grandes rios maranhenses, assim o controle de Portugal sobre o território amazônico consolidou-se em 1616. No que tange ao setor econômico do período tem-se a produção açucareira que deu lugar ao extrativismo das especiarias como cravo, canela, castanha, salsa e, sobretudo, de cacau. Também, destacou-se a exploração de madeira, frutos, óleos vegetais, ervas medicinais, raízes e produtos de origem animal, como o óleo extraído de algumas espécies de peixes da região (MESQUITA *et al*, 2015).

Ainda no que se refere a formação econômica do Maranhão tem através de fatores migratórios principalmente advindo do Estado da Bahia o aumento da pecuária no Estado, Mesquita *et al* (2015, p.226) afirma que “no século XVIII, o processo de ocupação e povoamento do interior do Maranhão concretizou-se gradualmente pelo desenvolvimento da pecuária extensiva, a partir da frente pastoril que se deslocava de Pernambuco e da Bahia”.

Cada uma destas áreas tinha peculiaridades que as distinguiam uma das outras: no litoral, a proximidade com o oceano fez a diferença, possibilitava comunicação entre a metrópole e as outras áreas coloniais; a ribeira dos rios propiciava inúmeros recursos naturais como alimento, navegação, solo fértil; as regiões nas proximidades da Amazônia, ricas em madeiras, plantas e homens; o sertão, desmesurado, com pasto natural para a pecuária extensiva (MOTA, 2006, p. 39).

Nesse sentido Mesquita *et al* (2015) afirmam que em razão desse contexto histórico, durante três séculos e meio a economia do Maranhão permaneceu limitada ao extrativismo e ao comércio de produtos primários, assim as atividades produtivas resumiam-se a penetrar a floresta e os rios para a coleta de matéria-prima, diferente

do modo de produção implantado no nordeste brasileiro, onde prevalecia a monocultura da cana-de-açúcar.

Conforme Mota (2006, p. 31), o Norte colonial brasileiro “Passou por dois momentos bem diferenciados: antes e depois das reformas pombalinas, sendo a instalação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão o ponto chave para essa divisão histórica”. Assim, nesse período, a economia colonial brasileira dividia-se em três centros econômicos, a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão. “Dos três sistemas principais, o único que conheceu uma efetiva prosperidade no último quartel do século foi o Maranhão” (FURTADO, 1986, p. 90). De acordo com Mesquita (2011, p.18 *apud* ARCANGELI, 1989):

Baseado nos autores tradicionais, mas com instrumental analítico do materialismo histórico, estabelece grandes marcos, onde é possível, grosso modo, se ter uma ideia das transformações que vão-se processando ao longo dos séculos na formação social do Maranhão. Ele relaciona cinco fases: a) conquista e povoamento inicial; b) inserção na divisão internacional do trabalho; c) involução econômica; d) inserção na divisão nacional do trabalho; e) e, o período da década de 80 A fase inicial abrangeria desde a ocupação precária da província até a segunda metade do século XVIII; a fase seguinte, deste período até a libertação dos escravos; a terceira, desta fase até a II Guerra Mundial; a quarta, dos anos 50 até 1985; finalmente a última, para captar a fase de implantação do Projeto Grande Carajás (1985/1989).

Paralelamente, na segunda fase se tem um Maranhão que está de forma indireta articulada no processo global de acumulação primitiva em andamento na Europa, onde o extrativismo, a agricultura de subsistência a caça de índios são os principais focos econômicos de fase, posteriormente na segunda fase tem-se a etapa da de inserção na divisão internacional do trabalho tem como fator marcante a intervenção da metrópole no processo produtivo local, via Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, cujo as principais atividades produtivas deste período são os cultivos de arroz, algodão e a venda do couro, mas sobretudo o algodão (MESQUITA, 2011).

São Luís era, portanto, a capital do estado que tinha por sinal o arroz, algodão, açúcar e na segunda metade do se XIX a indústria açucareira e têxtil os principais produtos de exportação. Mesquita (2011, p.19) afirma “as demais atividades do mercado interno – a agricultura de alimentos e a pecuária ultraextensiva –, embora importantes pelo espaço e papel no abastecimento interno, são invisíveis”. Dessa forma, o Maranhão no século XIX se configura como um estado basicamente

agroexportador no qual suas principais *commodities* estão pautadas no algodão, arroz e açúcar.

No que tange a terceira fase o chamado período de involução econômica se inicia com a libertação dos escravos e avança até os anos cinquenta. No qual, nessa fase está caracterizado pela troca do trabalho escravo pelo “trabalho livre” dos moradores de condição (caboclos) das grandes propriedades então dedicados a monoculturas e, secundariamente, à pecuária ultraextensiva (MESQUITA, 2011).

De acordo com Mesquita (2011) a partir segunda década do século XX tem-se a expansão do extrativismo do coco babaçu. Contudo, na década de oitenta, a atividade praticamente se extingue em função da concorrência externa do óleo de palmiste. Paralelamente, Mesquita *et al* (2015) enfatizam a formação e expansão social e econômica do Maranhão em três pontos históricos articulados: primeiro ponto considera-se a fase histórica de inserção do Maranhão no modelo de ocupação territorial colonial.

Segundo ponto, apresenta-se a percepção de que os traços da herança colonial que se perpetuam nas dinâmicas políticas e econômicas, abrangendo ainda o período da República Velha, quando se fortaleceram os laços do coronelismo, do compadrio e do clientelismo. No que diz respeito ao terceiro ponto Mesquita *et al* (2015, p.226) ainda ressalta que “neste contexto, a partir da década de 1980 desencadeiam-se novos processos de grilagem de terras, uma prática histórica no estado, que se agrava devido à implantação do Projeto de Ferro Grande Carajás”.

No que cerne ao período pós-colonial se tem um cenário macroeconômico do Brasil voltado para a monocultura do café, assim, no século XIX a implantação de ferrovias atendia às exigências do imperialismo inglês e assim do sistema liberal predominante no momento. De acordo com Mesquita *et al* (2015) a crise do liberalismo econômico mundial e a grande depressão econômica dos Estados Unidos (1929), provocou no Brasil a substituição da antiga oligarquia cafeeira paulista, no qual se ascende uma nova oligarquia ao poder que representava os interesses emergentes do capital agroindustrial brasileiro.

Consequentemente, se tem o período Vargas com a substituição de importações com o intuito de fabricar no Brasil mercadorias e insumos básicos. Tão importante quanto se deu no governo de Juscelino Kubitschek (JK) onde se dispôs a acelerar o processo de industrialização do Brasil, com a captação de recursos junto

ao capital estrangeiro. Assim com a criação de Brasília como capital do país houve uma eufórica construção de rodovias, no qual uma delas foi a Belém-Brasília ou BR-010 que impulsionou e dinamizou o comércio no sul e sudoeste do Maranhão. Dessa forma, Mesquita *et al* (2015) afirma que “o Maranhão se insere nesta dinâmica como importante produtor de arroz, assumindo uma posição-chave no processo de acumulação do núcleo dinâmico do capital mercantil brasileiro até a década de 1970”. Nesse contexto a produção do arroz praticamente dobrou entre as décadas de 1940 e 1950.

Com a decadência da tecelagem no Maranhão houve a implantação da produção do babaçu, no qual Mesquita *et al* (2015, p.249) ressalta:

Diante deste contexto favorável, o empresariado maranhense vislumbrou novas fontes de lucro e passou a investir na produção industrial de derivados do babaçu, como o óleo bruto, comestível ou refinado; sabão, vela etc. Outro benefício da indústria do babaçu residiu na geração de vários empregos diretos, especialmente no interior do estado, pela incorporação de um grande contingente de trabalhadores rurais nas atividades primárias e o aproveitamento da mão de obra feminina nas atividades complementares da cadeia produtiva.

Contudo, Mesquita *et al* (2015, p.249) enfatizam que “Em meados da década 1970, os sinais de crise se manifestam no subaproveitamento da infraestrutura fabril existente, em razão da crescente escassez de matéria-prima”. Além do mais áreas tradicionais de coleta e quebra do coco babaçu foram cercadas e os proprietários das áreas de babaçuais, adquiridas por compra ou por grilagem.

O processo de expansão econômica do Maranhão se dá em três períodos conforme Mesquita *et al* (2015) o primeiro período inicia-se com o projeto “Marcha para o Oeste” durante o “Estado Novo” (1930-1945), o segundo corresponde aos primeiros oito anos do regime ditatorial-militar (1964-1973) e a o terceiro subperíodo corresponde ao mandato “presidencial” do general Geisel (1974-1979). Esses, períodos foram importantes na construção econômica do Maranhão onde se tem organizações governamentais importantes nesse processo como as Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Nesse contexto, ressalta-se que no terceiro período no início da década de 80 tem-se forte operação na infraestrutura ferroviária, portuária e metalúrgica por conta

do Complexo de Carajás, no qual se configura mais um projeto de economia de enclave para o Estado do Maranhão. Esse processo que tem como característica a exploração dos recursos naturais da região, mas proporciona poucos retornos socioeconômicas para população local. Ademais esse sistema de economia de enclave se perpetua na década de 1990 por meio da monocultura da soja e da atividade agroflorestal centrada no eucalipto (MESQUITA *et al*, 2015).

4 Metodologia

Com relação a metodologia empregada na construção desse trabalho, foi feita uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa. Utilizou-se como base para isso, uma metodologia da qual se deu a partir de entrevistas e pesquisas bibliográficas exploratórias, usando como recursos, livros, artigos científicos, além do apoio da internet. Nesse sentido, a pesquisa foi dividida em três momentos distintos: a) o de estudo teórico, no qual, foi realizado durante todo o processo da pesquisa, assim, fazendo o estudo dos referenciais teóricos e das metodologias a serem aplicadas, b) o segundo momento, se deu através do planejamento das atividades, conseqüentemente obtendo resultados por meio de pesquisas de campo e c) por fim, a compilação dos resultados e construção do mapa de localização da fábrica da Suzano Papel e Celulose pelo programa Qgis 2.18, construída a partir da pesquisa de campo e dados oriundo do IBGE, além do acervo fotográfico

5 Resultados e discursões

5.1 Uma abordagem do desenvolvimento industrial em Imperatriz-MA

Imperatriz fundada em 1852 com o nome de Vila de Santa Tereza hoje a segunda maior cidade do estado do Maranhão, no qual tem-se aproximadamente 247.505 habitantes com uma área da unidade territorial de 1.368,988 km² (IBGE, 2010), está localizada na região sudoeste do estado. Nesse sentido, para ressaltar a importância econômica de Imperatriz para o Estado do Maranhão, segundo a Prefeitura Municipal de Imperatriz (2010, p. 28):

Imperatriz está em um cruzamento entre a soja de Balsas, no Sul do Maranhão, a extração da madeira na fronteira do Pará, a siderurgia em Açailândia e a agricultura no resto do Estado, com destaque para a produção de arroz e também das futuras potencialidades como a produção de energia e celulose com a implantação da hidroelétrica de Estreito e da fábrica da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz.

Assim, Imperatriz atualmente configura-se como uma cidade que está localizada em uma região estratégica para o comércio. Segundo Franklin (2008) a economia de Imperatriz, veio se desenvolvendo de forma cíclica no qual se deu o ciclo do gado; da borracha; da castanha; dos garimpos de cristal e diamante; do arroz e da madeira, bem como o ciclo do ouro. De acordo com Santos e Silveira (2005, p. 27), “A unidade, então, era dada pela natureza e a presença humana buscava adaptar-se aos sistemas naturais. Num período pré-técnico, a escassez era a dos instrumentos artificiais necessários ao domínio desse mundo natural”.

Posteriormente, com a finalidade de integrar o Norte do Brasil ao Centro-Oeste, no governo do presidente Juscelino Kubitschek, tem-se a construção da BR-010 ou Belém-Brasília, que permitiu o avanço de migrantes que foram se apossando das terras devolutas ao longo da rodovia, os quais derrubaram e queimaram a floresta com o intuito plantar arroz (FRANKLIN, 2008).

A indústria do arroz e da madeira foi de grande importância para a economia de Imperatriz. De acordo com Franklin (2012) no auge do ciclo do arroz, no ano de 1969, Imperatriz contava com pelo menos 20 indústrias e a produção desse cereal chegou ultrapassou 1 milhão de sacas de 60 quilos. Conseqüentemente tem-se no ciclo da madeira, por assim dizer, como o segundo momento de industrialização de Imperatriz, durante o apogeu do ciclo da madeira, entre a década de 1970 e 1980, foram instalados em Imperatriz, mais de 300 estabelecimentos relacionados industriais e de prestação de serviços destinados a atender as demandas da indústria madeireira. Assim, no início da década de 1980, Imperatriz possuía 162 indústrias instaladas, sendo que 80% delas eram madeireiras, o que inclui serrarias e laminadoras. Dessa maneira, crescimento econômico de Imperatriz vem se acentuando a partir da década de 1970, através das inúmeras atividades, que parte de uma indústria tímida até o comércio e prestação de serviços.

Como já mencionado com a criação BR-010 ou Belém-Brasília, tem-se o principal ponto de partida do crescimento econômico do município, onde segundo

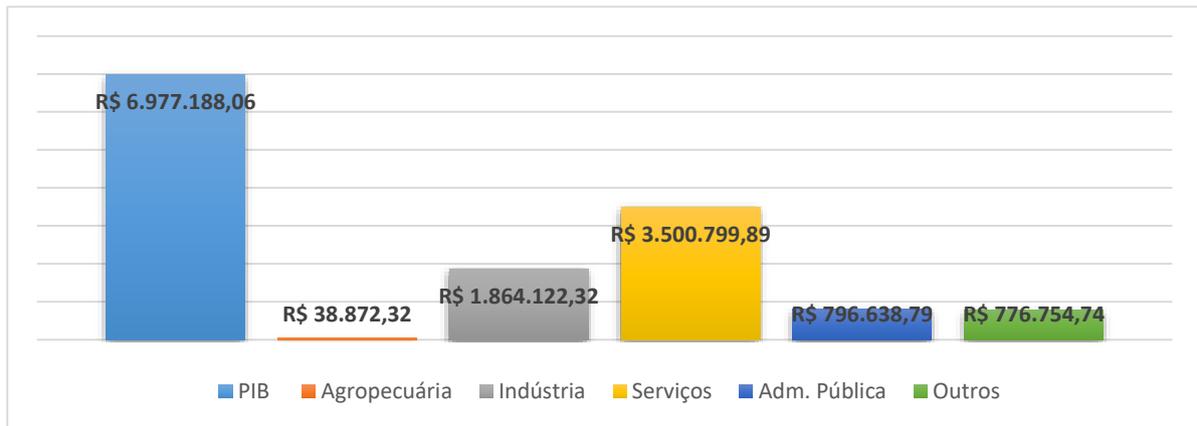
Negreiros (1996, p. 132), “Imperatriz transformou-se no centro de operações para os trabalhos do lado norte e do lado sul da cidade por decisões políticas”. Santos (2008, p.535) salienta que “Esse quadro despertou o interesse para a instalação das médias e grandes empresas comerciais, que substituíram os pequenos comerciantes existentes e, em seguida, passaram também a abastecer pequenos comerciantes da periferia e dos povoados rurais”.

A indústria de transformação, o comércio de mercadorias e a prestação de serviços e outras atividades de caráter mais urbano destacaram-se principalmente a partir de 1980, quando Imperatriz se consolidava como maior pólo comercial e econômico de todo o eixo entre Goiânia/Brasília e Belém, atuando como entreposto comercial do sul/sudoeste do Maranhão, sul do Pará e norte de Goiás, depois feito Estado do Tocantins (FRANKLIN, 2008, p.160).

Dessa forma, de acordo com Franklin (2008) tem-se em Imperatriz nos anos 1980 um PIB (Produto Interno Bruto) de um total de US\$ 426.580.381,13 no qual se tem a indústria com um papel de destaca na formação desse montante responsável por 38,3%. Contudo, 10 anos depois, sem mais contar com o território e a emergente indústria de Açailândia, o PIB de Imperatriz cai e assim a indústria perde destaque sendo responsável por 27,8% do montante, na frente tem o comércio que é responsável por 32,1% do montante e a prestação de serviços, por 29,4%. Em 2005, o PIB de Imperatriz, de acordo com o IBGE (2010), passou a ser R\$ 1.745.264.000,00, esse montante representa 6,89% do Produto Interno Bruto do Estado, que concentra a maior parcela na Capital, com 36,88%.

A composição do Produto Interno Bruto de Imperatriz em 2005 apresenta um perfil em que o comércio e os serviços, juntos, chegam a praticamente três quartos de toda a produção da riqueza, com 73,57% do PIB, a indústria fica no patamar de 12,7%. O gráfico 1, apresenta o PIB de Imperatriz em 2017 e seus principais setores, assim com um PIB de R\$ 3.500.799,89 (50,17% do total do PIB) o setor terciário ainda é o setor mais importante na economia da cidade em seguida está a indústria com R\$ 1.864.122,32 (26,71% do total do PIB) no qual grande parte desse valor está atrelado a indústria de Papel e Celulose da cidade.

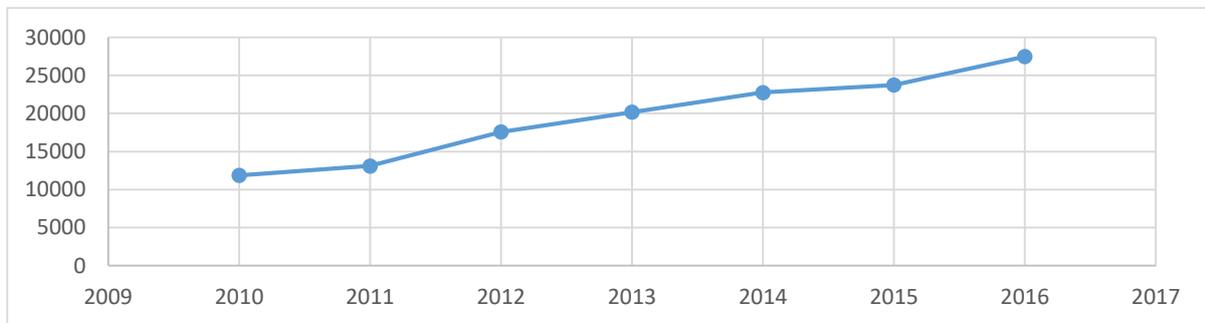
Gráfico 1- PIB de Imperatriz e seus principais setores



Fonte: IBGE (2017).

No gráfico 2, tem a evolução do PIB per capita, que é divisão do PIB pelo número de habitantes, de 2010 a 2016 no qual apresenta um crescimento significativo chegando a R\$ 27.482,99, esse crescimento apesar de expressivo não condiz com a realidade uma vez que um número considerável da população não usufrui desses quantitativo. Imperatriz assim como o Brasil tem uma expressiva concentração de renda.

Gráfico 2 - Serie revisada do PIB per capita de Imperatriz-MA.



Fonte: IBGE (2019).

Franklin (2008) enfatiza que em 1960 das 13.784 pessoas economicamente ativas no município, registradas pelo IBGE, um total de 10.488 estavam ocupadas na agropecuária e no extrativismo. Cuidando de atividades industriais, havia apenas 927 pessoas. Na década de 60, a ocupação de mão-de-obra na indústria de transformação foi a que mais se elevou, registrando crescimento de 237 tendo saltado de 927 pessoas ocupadas, em 1960, para 2.201 em 1970. No que diz respeito a década de 1990 o setor da indústria de transformação apresentou pequeno crescimento, com 8.518 trabalhadores ocupados, 13,6% a mais que em 1980, embora se deva levar em

conta que muitas indústrias madeireiras estavam sediadas em Açailândia. No gráfico 3, tem-se a projeção de população ocupada tanto no setor primário e terciário como na indústria a partir de 2014 até 2017, assim apesar da introdução da indústria Suzana Papel e Celulose esse número decresceu configurando o que já foi mencionado que além dos melhores salários serem de profissionais de fora por conta de suas qualificações também grande parte das vagas são desses profissionais que a partir dessa oportunidade vem residir em Imperatriz.

Gráfico 3 - População ocupada em Imperatriz-MA (%)



Fonte: IBGE (2019).

De acordo com o Sistema IBGE de recuperação automática (2019, *online*) a cidade de Imperatriz em 2017 contava com 5883 unidades empresariais, desses 375 estão atrelados a indústria de transformação e apenas 9 atrelados a indústria extrativista. Nota-se que no quadro 1, há uma evolução no número de empresas, contudo no que diz respeito a indústria de transformação, essa evolução é bastante lenta tendo em 2009 o seu maior quantitativo com 436 indústria supostamente influenciada pela implementação da fábrica da Suzano Papel e Celulose. Já no que diz respeito a indústria extrativista de 2006 até 2016 também houve pouca evolução, tendo em 2011 seu menor quantitativo.

Quadro 1 - Número de empresas e outras organizações em Imperatriz-MA

Total de número de empresas e outras organizações	B Indústrias extrativas	C Indústrias de transformação	Ano
4956	7	359	2006
5090	7	369	2007
5073	4	373	2008
5938	6	436	2009

5471	6	359	2010
5523	3	355	2011
5484	7	346	2012
5892	5	378	2013
5456	7	376	2014
5733	5	373	2015
5618	7	401	2016
5883	9	375	2017

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas (2019).

É nessa perspectiva que Imperatriz é a segunda maior cidade do estado do Maranhão, não apenas por concentrar um grande fluxo de pessoas por conta do comércio, mas também por ter presente em sua região a influências das indústrias. Na imagem 1, é apresentada a principal área de atividade comercial da cidade onde há uma expressiva circulação de pessoas e conseqüentemente de renda, assim alimentando as atividades comerciais da cidade e de forma indireta a indústria não apenas da cidade como de todo o país.

Figura 1 - Principal centro comercial de Imperatriz.



Fonte: Os autores (2019).

A partir da década de 90 a indústria instalada em Imperatriz, atuava no campo da confecção de roupas, de produtos cerâmicos e de fabricação de móveis, com destaque para esta última. Alves (2012, p. 233), afirma que “Depois da fase do extrativismo, a indústria madeireira regional começou a se delinear pela presença de um conjunto de fábricas de móveis de alta qualidade”. De acordo com o Fiema (2018, *online*) no que diz respeito ao século XXI a indústria em Imperatriz vem evoluindo e

com a instalação da fábrica Suzano Papel e Celulose influenciou na chegada de outras indústrias de médio e grande porte, a exemplo da Air Liquide, Akso Nobel, a Peróxido, de produtos químicos e a Valmet, que é internacional. Além disso, a indústria do leite já está instalada na cidade e tem projetado uma fábrica de grande porte. A cidade deverá receber, ainda esse ano, uma nova unidade de produtos químicos para nutrição animal e correção no solo, a maior produtora mundial de ureia, a Amiréia Pajoara, que já fez a aquisição da área.

Fiema (2018) ainda ressalta que “Na planta do Distrito Industrial, nós temos mais de dez cartas de investimentos e que estão em processo de instalação. Entram a indústria cerâmica, pré-moldados, metalmecânica. Ou seja, o PIB industrial só tende a crescer”. O coordenador do condomínio empresarial de Imperatriz Euvaldo Lopes de Sousa reforçou ao afirmar que no condomínio empresarial se encontram 12 empresas no qual estão inseridas indústrias de montagem de máquinas pesadas, de colchões e estofados, construção civil, ferragem, vidros e portas, indústria de concreto.

Figura 2 - Condomínio empresarial de Imperatriz.



Fonte: Os autores (2019).

Em relação a grandes projetos a partir da segunda metade da década de 60, o município de Imperatriz foi impactado por diversos programas e projetos de grande perspectiva econômico, o primeiro empreendimento a se implantar em Imperatriz, com financiamento oficial, foi de exploração das reservas florestais do município, através

da Companhia Industrial de Desenvolvimento da Amazônia (Cida). Posteriormente, o governo brasileiro gestou o Programa Grande Carajás (PGC), projeto que priorizava a extração do minério de ferro, o Maranhão foi diretamente impactado, inicialmente pela construção da Ferrovia de Carajás, projetada para o escoamento do minério de ferro desde a mina até o litoral maranhense, e a Ferrovia Norte-Sul posteriormente com o objetivo de dar suporte à instalação de projetos agrícolas exportadores na região Centro-Oeste e interligar o sistema ferroviário do Sul/Sudeste ao de Carajás (FRANKLIN, 2008).

Franklin (2012) ainda ressalta a importância de um grande projeto de reflorestamento, a Celmar S/A, que em 1992 foi implantado em Imperatriz e em outros municípios da região por um consórcio formado pela Empresa Simão e Ripasa, mais tarde adquirida pela Votoratim Celulose e Papel, pela Empresa Japonesa Nisso Iwai e da Companhia Vale do Rio Doce. Nesse sentido o objetivo do projeto era cultivar florestas de eucalipto para a produção de celulose e papel. No entanto, o projeto industrial não foi instalado e a madeira que deveria ser transformada em celulose e papel, passou a serem utilizados para a fabricação de carvão destinado a alimentar os fornos da indústria guzeira de Açailândia. Posteriormente, as florestas formadas pela Celmar S/A foram adquiridas pela Suzano Papel e Celulose.

Dessa forma, em Imperatriz houve a instalação da fábrica Suzano Papel e Celulose que tornou-se uma referência no que diz respeito a sua capacidade de empregabilidade e oportunidade para atividades ligadas ao empreendedorismo, dentre outros fatores, no qual Pereira (2013, p. 50) afirma:

Movimentará um faturamento em média de quase três vezes o PIB do município de Imperatriz, avaliado em torno de R\$ 2,7 bilhões por ano. Segundo dados da própria empresa sua capacidade de produção anual será de 1,5 milhão de toneladas de celulose derivada de eucalipto, além de expectativa de geração de mais de 3.500 empregos diretos e 15.000 indiretos, com exportações destinadas a Estados Unidos e Europa, sendo esta, considerada a mais moderna indústria de celulose no mundo.

Portanto, em 2008 na cidade de Imperatriz no estado do Maranhão insere-se o cenário de implantação, da maior unidade fabril de pasta de celulose da América Latina. Essa indústria extrativista tem por característica projetos voltados para uma economia de enclave, onde é vista como fornecedora de emprego, contudo, explora os recursos espaciais estaduais como terra, força de trabalho, recursos hídricos,

matéria-prima, infraestrutura de transporte ferroviário e portuário, incentivos fiscais, com vistas à maximização do lucro e oferecendo pouco retorno socioeconômico local (OLIVEIRA, 2019).

Haja vista que os fatores locacionais são de grande importância para a atividade industrial, é necessário analisar outros aspectos fundamentais que são indispensáveis nesse processo, como por exemplo, a demanda de uma série de serviços especializados complementares que são fundamentais para a reprodução do capital e o funcionamento da cadeia produtiva, ou seja, a disponibilidade do setor terciário em oferecer força de trabalho qualificada, com apoio técnico e educacional, por meio da rede de comércio, conseqüentemente atrai assim um maior número de pequenos produtores e empresários para a região, dispondo ainda assistência na área da saúde (OLIVEIRA, 2018).

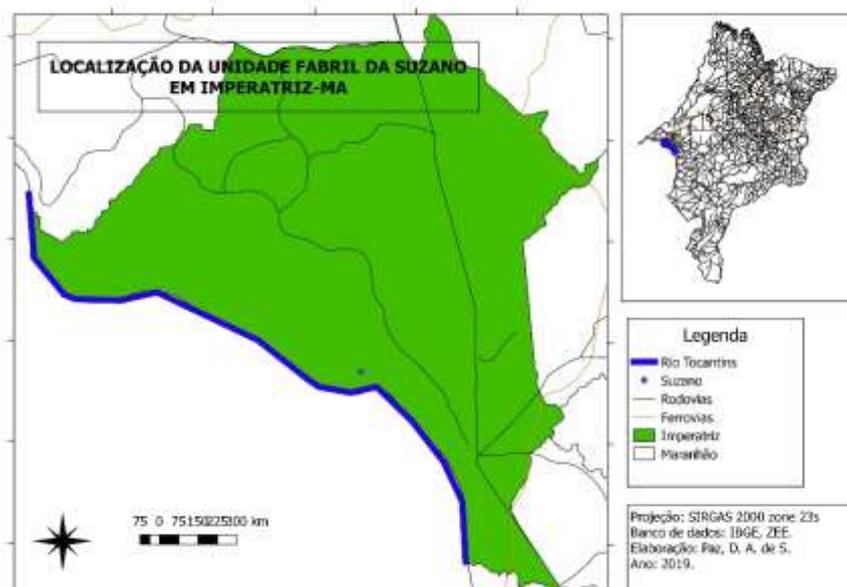
Em 2009, a empresa Pöyry deu início à implantação da sede da Suzano Papel e Celulose do município de Imperatriz, no estado do Maranhão, com a proposta de ser a maior planta industrial deste segmento no país. A duração da implantação inicial perdurou até o ano de 2015. Além da localização excepcional para o escoamento da produção pelo ramal ferroviário norte-sul até o porto do Itaqui, outros fatores espaciais também foram importantes no processo: a oferta de serviços urbanos para atender à demanda de mão de obra qualificada que residiria no município, a bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia, além de áreas extensas para o plantio de eucalipto no Maranhão, Piauí e Pará (OLIVEIRA, 2018, p. 141).

A empresa tem suas principais atividades distribuídas em filiais nos estados: São Paulo, Maranhão, Para, Bahia e Ceara, sendo que a sede administrativa está localizada em São Paulo, desta feita mostrando a tendência da descentralização das indústrias dos grandes centros urbana para as cidades médias, a fim de reduzir custos aumentando assim os lucros do grupo Suzano. A sua territorialização em regiões distintas do país é caracterizada por grandes diferenças quanto à economia, infraestrutura, localização, cultura e meio ambiente, confere à Suzano uma maior flexibilidade para lidar com os riscos e desafios característicos de suas atividades.

Nesse sentido em 2016 com o objetivo de abastecer a unidade de Imperatriz, a empresa confirmou a compra de 7,5 milhões de metros cúbicos de florestas de eucalipto em pé localizadas no estado do Tocantins, para fazer frente à expansão da produção de celulose. Já no estado do Para a Suzano estabeleceu inicialmente parceria com o Fundo de Investimento Vale Florestar, com quem firmou contrato de

compra de madeira no período entre 2014 e 2028, porém em junho de 2014 a empresa comprou o fundo, tornando-se proprietária de seus 45 mil ha de eucalipto no estado (RÓSTAS, 2014). Na figura 1 tem-se a localização da fábrica da Suzano em Imperatriz, no qual é ressaltado alguns dos fatores locais que fizeram com que a indústria se instala-se nessa região como recursos hídricos, terras baratas, infraestrutura entre outros.

Figura 3 – Localização da unidade fabril da Suzano no Maranhão



Fonte: Autores (2019).

Por meio da fábrica Suzano instalada em Imperatriz, ainda engloba uma região de 21 municípios circunvizinhos: João Lisboa, Senador La Roque, Grajaú, Buritirana, Davinópolis, Gov. Edson Lobão, Montes Altos, Sítio Novo, Ribamar Fiquene, Lajeado Novo, Campestre, São João, Porto Franco, Formosa da Serra Negra, Estreito, São Pedro dos Crentes, Fortaleza dos Nogueiras, Feira Nova do Maranhão, Carolina, Nova Colinas, Riachão.

Imperatriz é o maior entroncamento comercial, energético e econômico do estado, sendo ainda o segundo maior centro populacional, econômico, político e cultural do Maranhão e possui um posicionamento estratégico útil não só ao estado, mas também para todo o norte do país. Imperatriz está num cruzamento entre a soja de Balsas, no sul do Maranhão, a extração de madeira na fronteira com o Pará, a siderurgia em Açailândia e a agricultura

familiar no resto do estado, com destaque para a produção de arroz. (PÖYRY, 2010, p. 79).

A disponibilidade de terras para o cultivo dos eucaliptos significou também uma mudança estrutural na organização do espaço urbano de Imperatriz e região levando a criação de novo bairros, empreendimentos residenciais, ampliação da linha de ferro e pavimentação da estrada do arroz, sendo está a principal via de acesso dentro da cidade. Outros elementos também foram influenciados pela implantação da fábrica, cresce o número de ofertas de curso em nível técnico e superior destinado a necessidades da fábrica, o aumento de serviços para o fornecimento de produtos para toda a cadeia produtiva de papel e celulose. Tal processo faz parte da nova urbanização, destacada por Santos (1993), segundo a qual o aumento da mão de obra cada vez mais qualificada faz surgir novos consumos e novas relações no espaço urbano. Desta forma é possível observar que parte das mudanças urbano estruturais da cidade fica subordinada a atividade ligada a fábrica.

Assim, a fábrica da Suzano Papel e Celulose que ocupa uma área total de 1,5 milhão de m², sendo 96 mil m² de área construída. Para escoar a celulose, são utilizados um ramal ferroviário próprio de 28 km até a ferrovia Norte-Sul, de onde percorre mais 100 km até a ferrovia Carajás. Com a previsão inicial em capacidade produtiva de 1,5 milhão de toneladas/ano e geração de excedente de energia de 100 MW. O investimento na área industrial e formação da base florestal contaram com o apoio do Estado para o empreendimento da fábrica de Imperatriz, destacam-se o financiamento do BNDES de R\$ 2,7 bilhões, com prazo de 12 anos para pagamento e 3 anos de carência; e incentivos fiscais de redução de 75% da alíquota de imposto de renda pelo período de 10 anos e depreciação acelerada incentivada (DAI) do imobilizado, conforme Leis nº 11.196 e nº 12.712, esta última sancionada em agosto de 2012 (SUZANO, 2012).

5 Considerações finais

Portanto, tem-se a cidade de Imperatriz como segunda maior cidade do Estado do Maranhão, ficando atrás apenas da capital São Luís. Contudo, compreendeu-se por meio de seu processo histórico que nem sempre houve essa hegemonia, observando que sua indústria se inicia de forma tímida com os ciclos do

arroz e da madeira, e que não trouxe tantos benefícios socioeconômicos para a cidade. No entanto, esses ciclos entraram em estagnação por conta de atividades voltadas para pecuárias que influenciaram na estagnação da indústria do arroz e o esgotamento das florestas naturais para a estagnação da indústria madeireira. Conseqüentemente, Imperatriz nas últimas décadas do século XX se torna hegemônico no setor terciário, assim sendo uma referência regional no que diz respeito ao comércio e prestação de serviços.

Porém no final do século XX alguns empreendimentos industriais, de pequeno, médio e grande porte, começaram a ser instalados na cidade, e em 2008 se tem a instalação da Suzano Papel e Celulose é a segunda maior produtora de celulose de eucalipto do mundo, sendo em Imperatriz a maior fábrica da América Latina. Essa indústria que tem projetos de características de economia de enclave, é vista como geradora de emprego, porém explora os recursos naturais da região como também da força de trabalho, infraestrutura, matéria-prima e etc, dessa forma fornecendo pouco retorno socioeconômico para a população local.

Nesse sentido, os resultados obtidos mostram que o quantitativo de indústrias em Imperatriz após instalação da fábrica Suzano de Papel e Celulose tem um crescimento bastante tímido, assim tendo esse crescimento lento em relação a sua participação no PIB, no que diz respeito a população ocupada também a um crescimento no período de implantação dessa indústria que decresce justamente no período de efetivação das atividades da indústria, nesse sentido essa indústria tem se consolidado com um perfil de indústria voltado somente para acumulação financeira sem ter uma preocupação real para com a população local no qual foca nas contratações de profissionais, principalmente qualificados, de fora da cidade de Imperatriz.

Referências

ALVES, L. Indústria madeireira e moveleira. In: **Academia Imperatrizense de Letras (ail)**. Imperatriz 160 anos. Imperatriz: AIL, 2012.

CADASTRO Central de Empresas 2009. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:<
<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/993>> Acesso em: 20 de novembro de 2019.

FRANKLIN, A. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

FRANKLIN, A. Imperatriz: aspectos históricos e econômicos. In: **Academia Imperatrizense de Letras (AIL)**. Imperatriz 160 anos. Imperatriz: AIL, 2012.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1986.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades, Imperatriz, 2010. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/pesquisa/>> acessado em: 18 de novembro de 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades, Imperatriz, 2019. Em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/pesquisa/>> acessado em 18 de novembro de 2017.

Siqueira, R. A., Silva, A. J. M., Ribeiro, P. T., & Salomão, P. E. A. (2018). Análise Comparativa Entre O Concreto Usinado E O Concreto Produzido No Canteiro De Obra. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro–Unipac ISSN, 2178, 6925*.

MESQUITA, B. A. de. O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís: EDUFMA, 2011.

MESQUITA, B. A et al. Formação Socioeconômica do Estado do Maranhão. In: **Formação Socioeconômica da Amazônia** / Edna Ramos de Castro, Índio Campos, Organizadores – Belém: NAEA, 2015.

MOTA, A. da S. **Família e Fortuna no Maranhão Colônia**. São Luís: EDUFMA, 2006.

NEGREIROS, S. **A história de um jornalista despretenso: fatos que marcaram a história de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 1996.

OLIVEIRA, A. B.; PEREIRA, J. M.; NASCIMENTO, A. A. Cadeia produtiva de papel e celulose e transformações recentes no sudoeste maranhense. **Interespaço: Grajaú/MA** v. 4, n. 12, 2018.

OLIVEIRA, A. B.; NASCIMENTO, A. A. Atores e impactos na reestruturação do espaço urbano de Imperatriz-MA: observações a partir da implantação da Suzano Papel e Celulose (2008-2015). **Espaço e Economia: Revista brasileira de geografia econômica**, 2018.

OLIVEIRA, A. B. Indústria de celulose e o avanço da silvicultura do eucalipto na fronteira agrícola da Amazônia maranhense. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 301-327, abr. 2019.

PEREIRA, F. S. R. **Mercado imobiliário em médias cidades**: um estudo da formação, crescimento e influência do mercado de imóveis em Imperatriz-MA. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade da Amazônia, Belém, 2013.

PETRAKIS, G. H. M.; SILVEIRA, L. A. da.; SILVA, V. R. J. **Geografia da indústria**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2019.

PÖYRY. Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental referente à implantação da unidade industrial da Suzano Papel e Celulose para fabricação de

celulose branqueada e papel, no município de Imperatriz - MA. São Paulo, 2010.
Disponível em: <www.suzano.com.br>. Acesso em 17 nov. 2019.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação Econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ. Diagnóstico social de Imperatriz. Imperatriz: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, 2010.

ROSTÁS, R. Suzano compra Fundo Vale Florestar por R\$ 528,9 milhões. Valor Globo [online], São Paulo, 04 de junho 2014. Disponível em: <<http://valor.globo.com/empresas/noticia/2014/06/04/suzano-compra-fundo-vale-florestar-por-r-5289-milhoes.ghtml>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

SILVA, Caroline Santana; LACERDA, R. A. M. V. Efeitos do protocolo pedia suit no tratamento de crianças com paralisia cerebral. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro–Unipac ISSN**, v. 2178, p. 6925, 2017.

SANCHES, E (org.). **Enciclopédia de Imperatriz**. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SANTOS, E. O. Características e Perspectivas de Imperatriz Como Cidade-pólo do Sul do Maranhão. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, nº 3, 2008.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Setor Industrial contribui para crescimento do PIB e geração de emprego na região Tocantina. Fiema, São Luís, 30 de jul. de 2018. Disponível em: <<https://www.fiema.org.br/noticia/2199/setor-industrial-contribui-para-crescimento-do-pib-e-geracao-de-emprego-na-regiao-tocantina>>. Acesso em 18 de nov. de 2019.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. Teleconferência com Webcast em 14/11/12.

Destaques do 3T12. Disponível em: <<http://www.suzano.com.br>>. Acesso em: 17 de nov. de 2019.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. Unidade Maranhão da Suzano Papel e Celulose caminha no cronograma previsto. Imperatriz, 2013. Disponível em:

<<http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/unidade-maranhao.htm>>. Acesso em 18 de nov. de 2019.

SUZIGAN, W. Industrialização brasileira em perspectiva histórica. **História econômica & história de empresas**, São Paulo, n.2, p.7-25, 2000.